

1 Introdução

Este trabalho analisa o que pode ser considerado o primeiro esforço oficial para a promoção de uma sistematização e consolidação de um controle sobre a instrução primária e secundária no Império do Brasil. A importância da reforma promovida pelo então Ministro do Império, Luís Pedreira de Couto Ferraz, em 1854, residiria muito mais na complexidade e profundidade das estruturas normativas que representava no âmbito da instrução, do que na extensão de sua ação em termos espaciais, pois, conforme suas próprias prescrições, a chamada Reforma Couto Ferraz, denominação que utilizaremos daqui por diante, deveria restringir sua abrangência ao município da Corte, a cidade do Rio de Janeiro.

Cumpre-nos aqui a realização de uma contextualização sobre os momentos nos quais se enlaçaram, se contrapuseram e se reajustaram os argumentos e diagnósticos que constituiriam as bases para a percepção da necessidade de uma reforma para a instrução, assim como para a definição de que rumos deveriam ser impostos a esta mesma reforma. Assim, ressaltamos dois pontos que consideramos essenciais à compreensão do que será desenvolvido nos capítulos que irão se seguir, ainda que ambos já tenham sido extensamente apresentados pela historiografia, especialmente quando referida ao campo de investigações que busca versar sobre a história da educação.

A primeira destas referências necessárias à contextualização que buscamos construir relaciona-se com a situação em que se encontrava a instrução no Império do Brasil, isso em termos de organização, estruturação e funcionamento, pouco antes de meados do século XIX. A abdicação do primeiro imperador ocasionou o embate entre uma pluralidade de correntes políticas, que apresentavam-se em um espectro de diferentes matizes, cujas gradações não nos cabe aqui analisar em profundidade. Para além das contradições, semelhanças e embates ocorridos entre farroupilhas, chimangos e caramurus, importa-nos apenas destacar a noção de que o assim denominado período das Regências seria um demonstrativo da dificuldade em se

compor um sentido único e abrangente para os rumos do Império do Brasil, assim como para a construção do próprio Estado imperial.

Interesses vinculados aos princípios de descentralização política atuavam com o intuito de constituir e consolidar a capacidade de atuação livre de intervenções externas ao âmbito provincial, e acabariam por alcançar o grau de predominância política necessária com a aprovação do Ato Adicional promulgado em 1834, que representava assim a corporificação daqueles princípios, e mais especificamente do estabelecimento da autonomia provincial na gestão da instrução. Isto porque, no que se referia à questão da instrução, os textos constitucionais implementavam uma dinâmica dentro da qual a gestão sobre a instrução primária e secundária se tornava incumbência das recém-criadas Assembléias Provinciais, enquanto a instrução superior mantinha-se sob a responsabilidade da Assembléia Geral, e dos Ministros do Império, juntamente com os demais níveis de instrução nos limites do município da Corte.

A segunda daquelas referências diz respeito ao fato de que a instrução primária em todo o Império do Brasil seria fornecida tendo por organização o chamado método lancasteriano, ou de ensino mútuo. Tal sistema havia sido consagrado por meio da Lei geral de ensino de 1827, que preconizava sua utilização consolidando o que já havia sido tentado por decretos de março e abril de 1823, que determinavam que o primeiro estabelecimento de instrução primária regido por aquele método deveria ser criado no Rio de Janeiro, e que a cada província recairia a obrigação de enviar ao município da Corte um soldado que seria instruído em tal método, e depois encarregado de propagá-lo em sua província de origem.¹

A adoção do sistema criado por Joseph Lancaster, na Inglaterra, denotava uma das muitas faces da influência britânica sobre o contexto brasileiro, sendo este sistema mais formalmente utilizado a partir de 1814 na França, Suíça, Rússia e Estado Unidos.² Tal sistema parecia atender aos interesses de disseminação rápida, ampla e pouco custosa da instrução primária, por organizar-se de maneira a exigir a mobilização de um único professor para a instrução de diversos grupos de alunos, as

¹ ALMEIDA, José Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. p. 57.

² *Ibid.* p. 59.

chamadas decúrias. À frente destas últimas estaria o decurião, ou monitor, aluno considerado “mais avançado” que os demais, responsável pelo encaminhamento das práticas pedagógicas, e pela coordenação de atividades que visavam promover a aprendizagem entre os próprios alunos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que uma instituição de instrução primária poderia atender a um número muito maior de alunos, reduziam-se os custos relativos à remuneração da atividade docente. Ainda que tivesse mantido o interesse dos dirigentes por considerável período de tempo, este sistema tinha por característica o pouco controle que se exercia sobre o processo ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos se instruissem “uns aos outros”.

Porém, o objetivo dos dirigentes imperiais em estabelecer um sentido único para os rumos da instrução lhes apresentava a necessidade de medidas que iniciassem o processo de institucionalização desta, atribuindo-lhe um tipo de organização que estruturasse seu controle. No que se refere ao professor, aquele processo teria como condição sua transformação em único agente reconhecido para a disseminação da instrução, submetido a um conjunto de normas específicas emanadas das instâncias oficiais de poder e concebidas para impor à prática docente uma determinada direção.

No que concerne ao texto do trabalho propriamente dito, no primeiro capítulo consideramos o campo das idéias e mentalidades dos que viveram a formação do Estado Imperial, com destaque para os valores e práticas que informaram as visões de mundo das facções da classe senhorial, como objeto necessário às investigações relativas aos direcionamentos que as sobreditas facções impuseram aos rumos da instrução no Império do Brasil. Os esforços para tal empreendimento delineavam uma trajetória onde se reproduziram as disputas relacionadas ao meio político, onde se evidenciavam as intenções de equiparação e equacionamento entre interesses favoráveis e opostos à centralização política. Esta última tendência seria corporificada por determinados membros do chamado Regresso Conservador, os Saquaremas, grupo da classe senhorial que articulava um tipo de centralização que ia além da esfera política, acabando por formalizar sua condição como classe dirigente, enquanto buscavam elaborar uma direção para o Estado soberano, além criar os meios que proporcionassem a expansão da própria classe senhorial.

Nesse sentido, buscamos evidenciar as visões da classe senhorial sobre a questão da instrução, contemplando suas semelhanças e diferenças, suas tensões e complementaridades, indo além de suas considerações mais diretas sobre aquele tema, como os diagnósticos sobre a situação da instrução e as correspondentes propostas adequadas para que esta atingisse determinado estado ou fim, e, para isto, se orientasse por determinada direção. Assim a instrução pode ser vista de maneira a considerar o próprio caráter estratificado e diverso que vigorava na sociedade imperial. Ou seja, a instrução considerada em sua complexidade e abrangência, devendo ser fornecida tanto às classes menos abastadas como aos membros da chamada “boa sociedade”.

No segundo capítulo, elaboramos um panorama das temáticas que vieram a nortear a elaboração das prescrições da Reforma Couto Ferraz, já então considerada como proposta e produto, no âmbito da instrução, do projeto de centralização capitaneado pelos dirigentes Saquaremas. Convém lembrar que este espírito conservador de centralização político-administrativa se apresenta, no interior deste capítulo, menos nos termos das ações que buscavam determinar os limites do grau de autonomia provincial em qualquer das esferas da gestão pública, do que na superação das discordâncias ocorridas no interior da Assembléia Geral, onde se descortinavam concepções divergentes quanto ao papel da atividade parlamentar, e do papel do princípio representativo personificado pelos representantes do Poder Legislativo na definição dos rumos de uma reforma da instrução. Diante da oposição aqui estabelecida, consideramos como o Governo, o conjunto de representantes do Poder Executivo, o imperador e seu respectivo ministério, seguindo a denominação empregada pelos agentes históricos, os parlamentares atuantes na Assembléia Geral, quando àqueles queriam se referir.

No terceiro capítulo, examinamos as críticas elaboradas tendo por alvo as medidas implementadas pelo novo regulamento sobre a instrução primária e secundária no município da Corte, principalmente sob a perspectiva de sua relação com um longo processo de discussões, por meio das quais se levantaram os pontos essenciais a serem considerados para a satisfação das necessidades percebidas no meio da instrução, visando seu melhoramento. Dados os limites deste trabalho,

optamos por analisar os argumentos produzidos por Justiniano José da Rocha, sendo esta escolha baseada na relevância de seu nome na vida pública da sociedade imperial, por conta da pluralidade e intensidade de sua atuação, nos referindo mais especificamente, às suas ocupações na imprensa, na política, e no magistério.

Apesar da formação superior adquirida na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1833, seria o jornalismo a atividade em que mais se destacaria este intelectual do Segundo Reinado, atuando em diferentes jornais, e fundando diversos outros, sempre dedicando sua pena à defesa da política conservadora. A notabilidade de sua carreira na imprensa, chegando a ser considerado por alguns “o primeiro dos jornalistas de seu tempo”, se deu por conta dos constantes embates nos quais se envolveu, tendo a imprensa como palco, principalmente contra Francisco de Salles Torres Homem, o Timandro, quando este lutava nas fileiras liberais. Estes verdadeiros debates impressos proporcionaram o reconhecimento de sua desenvoltura e talento na escrita, fazendo com que, por meio dela, o jornalista se posicionasse perante os mais variados assuntos.

A atuação do jornalista na política se assemelharia em muito a que fora desempenhada na imprensa, por ser aquela caracterizada unicamente pela discussão de temas aos quais atribuía determinada importância. Seus momentos mais marcantes na tribuna envolveram suas contradições, e posterior rompimento, com Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, ocasião da qual trataremos mais adiante. Ainda quando próximo ao aparelho de Estado, Justiniano viria a ocupar poucos cargos oficiais, exercendo as funções de censor convidado do Conservatório Dramático, de diretor das aulas de instrução pública da província do Rio de Janeiro e de responsável pela inspeção da instrução no município da Corte, sendo este trabalho considerado uma das bases de argumentação para a necessidade de uma sistematização da instrução naquela cidade.

Como professor, Justiniano da Rocha assumiu durante certo tempo as cadeiras de Geografia e História Antiga e Romana no Colégio de Pedro II. Neste período inicial na carreira do magistério dedicou-se a uma literatura voltada especificamente ao ensino, produzindo obras com os títulos “Compêndio de Geografia Elementar” e “Compêndio de História Universal”, sendo este dedicado à história antiga e

medieval. Num momento posterior, ingressou como professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, lecionando Direito militar e cadeiras de humanidades e letras clássicas, instituição no qual atuou até o fim da vida.

A reunião das faculdades que empregara em suas diversas atividades parece ter servido de base à elaboração de sua mais famosa obra, o panfleto “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. A relevância desta obra se evidenciou por sua influência sobre outros grandes nomes da intelectualidade brasileira do século XIX, como Joaquim Nabuco e Tavares Bastos, os quais apontavam, a par das possíveis contrariedades em relação ao partidarismo político, a adoção do panfleto como referência em suas respectivas obras, “Um estadista do Império” e “Realidade, ilusão, solução”.

A demonstração de uma profunda preocupação com a situação da instrução pública, e, simultaneamente, a defesa contundente dos princípios conservadores de centralização política, e de construção de um Estado imperial forte, fizeram com que a análise dos argumentos de Justiniano da Rocha, acabasse por se apresentar como extremamente profícua, na medida em que, demandava um esforço de compreensão do lugar ocupado pelo jornalista ao tecer críticas sobre a eficácia e acerto das iniciativas oficiais executadas pelos chefes da corrente política por ele abraçada e defendida, por exemplo, atacando a permanência do tráfico de escravos no Império do Brasil. Tais críticas demonstravam sua capacidade de formular juízos autônomos sobre as ações de seus correligionários quando à frente do Governo do Estado, evidenciando sua constante preocupação com a instauração, tanto da “anarquia”, com a predominância dos ideais liberais, como do “absolutismo”, representado pela excessiva intervenção do Estado, e mais propriamente das instâncias do Poder Executivo nos diversos assuntos da existência social.

Por esse motivo, boa parte deste capítulo concentrou-se na tentativa de apresentar as bases para a singularidade do pensamento do jornalista, os limites e características de sua autonomia de opinião e ação e a particularidade com que viria a operar suas argumentações ao delimitar espaços e graus de atuação do Estado imperial nas diversas áreas da vivência social, apesar de compromissado com o

projeto saquarema, que por sua vez buscava maximizar a presença e o controle impetrado por aquele mesmo Estado.

Por fim, queremos ainda ressaltar aqui nossa intenção de abordar a Reforma Couto Ferraz como concretização das expectativas de transformação da realidade então percebida por aqueles que atuaram no centro das discussões sobre o tema da instrução, como produtores de argumentos diversificados e, por motivos outros, relevantes no âmbito das ações e políticas formais então levadas a efeito. Isto significa que, além dos estudos sobre seus antecedentes, os momentos iniciais de implementação da Reforma foram considerados quando evidenciou-se sua relação com aquelas expectativas de transformação, ou melhoramento, da instrução, que até então haviam sido construídas. Portanto não contemplaremos o contexto resultante da implementação da Reforma, seus resultados práticos e concretos, suas conseqüências sociais, políticas ou culturais, e o que acreditamos ter sido longo processo de efetivação de cada uma de suas prescrições, e suas reverberações sobre o quadro geral representado pelo Império do Brasil.